DADOS ABERTOS E MOBILIZAÇÃO CIDADÃ

A abertura de dados da administração pública é uma tendência internacional que ganhou especial força no Brasil a partir de 2007, com a experiência da Rede Nossa São Paulo. Apesar dos desafios a serem equacionados, esta iniciativa embute um enorme potencial de empoderamento dos cidadãos e transformação da vida política.

“Open data”, ou “dados abertos”, é a expressão que designa uma tendência recente, porém em franca expansão em grandes cidades como Londres, Paris, Nova York e Toronto. O conceito é simples: trata-se de tornar disponível, de forma fácil e integrada, uma grande massa de dados sobre a administração pública, a fim de permitir aos cidadãos acompanhar e influenciar políticas governamentais.

Além da rapidez com que tem se difundido, o movimento chama a atenção por seu potencial de transformação social e política. A disponibilidade desses dados propicia uma ampla gama de vantagens, entre as quais podemos destacar uma sensível melhora na transparência e no controle democrático da administração pública, bem como um aumento na eficiência e efetividade da prestação de serviços (tanto governamentais como por agentes privados), além de um empoderamento dos cidadãos e incremento de sua participação política.

MUNDO. O movimento teve origem em países escandinavos e anglo-saxões, mas mais recentemente começou a propagar-se pelo resto do mundo. Na América Latina, em especial, ele experimentou uma importante evolução: embora de forma geral os projetos de dados abertos que operam no mundo sejam coordenados por entidades governamentais ou por grandes instituições internacionais, por aqui surgiram as chamadas *redes de cidades*, organizadas pela própria sociedade civil. A novidade inclui o uso intensivo de tecnologia, bem como a adoção de indicadores como estratégia de pressão, ação e mudança.

Esta inovação surgiu na Colômbia, em 1997, com o movimento Bogotá Cómo Vamos (www.bogotacomovamos.org). A iniciativa foi pioneira na implementação de uma metodologia de indicadores socioeconômicos objetivos e também subjetivos, estes últimos obtidos por meio de pesquisas de percepção de moradores sobre a cidade. A experiência acabou inspirando a criação de movimentos semelhantes em outras cidades. Hoje em dia ela já é replicada em cidades sul-americanas como Buenos Aires, Santiago, Lima e Montevidéu.

O Brasil está sendo palco de uma importante inovação democrática e o resto do mundo está de olho

BRASIL. A surpresa interessante é que essa tendência ganhou especial força no Brasil, a partir de 2007. Em maio daquele ano foi criada na capital paulista a Rede Nossa São Paulo (Rede NSP; www.nossasaopaulo.org.br/), e em 2008 esse modelo de movimento começou a se expandir para outros municípios, por meio da fundação da Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis. Atualmente esse tipo de organização civil já se encontra estruturado em 23 cidades brasileiras, sem contar outras 17 onde está em processo de formação.

Em São Paulo e nas demais cidades, o conceito envolve a criação de uma “rede de redes”, integrando grande quantidade de organizações da sociedade civil apartidárias, com o objetivo de comprometer a sociedade e os governantes com o desenvolvimento justo e sustentável de suas comunidades. No caso de São Paulo, a Rede NSP já conta com a participação de 650 entidades da sociedade civil, e milhares de cidadãos. Ativistas dos dados abertos no mundo todo estão de olho nesse importante fenômeno em desenvolvimento no Brasil.

Mas por que todo esse interesse do resto do mundo em conhecer a experiência brasileira? No fundo, porque essas redes de organizações da sociedade civil estão tentando – e conseguindo – fazer algo que os governos locais nunca fizeram: identificando de forma democrática e inclusiva indicadores relacionados à qualidade de vida, igualdade social e sustentabilidade das cidades, e disponibilizando essas informações para a população, na forma de dados abertos. O fenômeno é visto como uma importante inovação democrática e até mesmo como o início de uma revolução política, fazendo uso da internet como instrumento para a cidadania.

CONQUISTAS EM SÃO PAULO. Os desafios da cidade de São Paulo, onde o movimento brasileiro nasceu, não são pequenos: são 11 milhões de habitantes, distribuídos em 31 subprefeituras – algumas com cerca de 500 mil habitantes, comparáveis a cidades médias – e um orçamento anual de R\$ 35 bilhões. A cidade convive com profundas contradições: enquanto alguns distritos centrais possuem IDHs (índices de desenvolvimento humano) equiparáveis aos de países escandinavos, os distritos mais periféricos têm níveis de desenvolvimento bem inferiores.

Apartidária, a Rede NSP já era, pouco depois de sua fundação, em 2007, uma importante força política na cidade. Hoje ela tem um grande apelo junto à mídia, e detém forte capacidade de influência sobre a gestão pública. Representativa de um novo tipo de organização social, a Rede NSP distingue-se das ONGs que proliferaram a partir da década de 1990 por não ser propriamente uma entidade

da sociedade civil, mas uma rede híbrida formada por entidades bastante diversas. Ela também se diferencia por adotar novos instrumentos – como indicadores e metas – e novas tecnologias de comunicação – como portais e fóruns virtuais na internet – para sensibilizar e engajar a sociedade na solução de seus próprios problemas.

As conquistas em São Paulo se tornam ainda mais significativas ao se espalharem para outras cidades

Exemplo da influência da Rede NSP sobre a gestão pública municipal foi o estabelecimento do Plano de Metas para a Prefeitura paulistana. Esse instrumento obriga o poder executivo municipal a estabelecer um conjunto de objetivos quantitativos de gestão, que deve ser apresentado até 90 dias depois da posse do prefeito. A prestação de contas é feita pela internet, possibilitando a qualquer cidadão monitorar e avaliar o desempenho da Prefeitura em diferentes tópicos (ver mais detalhes na entrevista exclusiva com o coordenador-geral da entidade, Oded Grajew, na página 8).

Graças à mobilização de milhares de cidadãos e centenas de entidades por meio da Rede NSP, São Paulo foi a primeira cidade brasileira a instituir tal mecanismo de controle, acompanhamento e avaliação da gestão pública. A conquista se torna ainda mais significativa na medida em que se espalhou para muitas outras cidades brasileiras. E a tendência prossegue: em 2011, a Rede NSP iniciou uma campanha para que o mecanismo seja também aplicado para a Presidência da República, executivos estaduais e prefeituras de todo o país.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS. A Rede NSP e a Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis possuem hoje uma relevante força política, na cidade de São Paulo e

também no restante do país. Por outro lado, há ainda muitos dilemas a serem enfrentados. Um desafio é o da representatividade. Os setores sociais mais intelectualizados são os mais sensíveis e propensos a mudanças sociais. Nesse sentido, ao questionar relações históricas entre governantes e governados, é natural que a iniciativa os atraia mais rapidamente. Mas será possível mudar uma cidade tendo como agente básico, sobretudo, a parcela da população que se locomove de carro, usa o sistema privado de saúde e vive nos bairros com IDHs escandinavos?

Outro ponto de atenção é o uso intensivo das novas tecnologias de informação, as quais, em um contexto como o brasileiro, podem se constituir tanto em um fator de democratização das ações como em um potencial fator de exclusão. O problema é a grande disparidade no acesso a essas tecnologias no país. De acordo com a pesquisa TIC Domicílios, realizada pelo Comitê Gestor da Internet do Brasil (CGI), enquanto cerca de 85% dos brasileiros pertencentes à classe A costumam acessar a internet, apenas 14% dos indivíduos das classes D e E o fazem. O modelo de mobilização implantado pela Rede NSP lida, então, com o risco de que os moradores de mais alta renda, por acessarem mais a internet, concentrem as oportunidades de acompanhar e pressionar a gestão municipal por suas demandas.

Esses são alguns dos desafios que podem vir a demandar soluções tão complexas quanto os problemas que os originaram. Mas a organização se norteia pela constatação de que os países com melhores indicadores de qualidade de vida são os que mais avançaram na democracia participativa. E são esses mesmos países, cujos governos já começaram a “abrir seus dados”, que estão olhando para o que a Rede NSP está fazendo, querendo aprender com ela. ■

MARLEI POZZEBON, professora da HEC-Montréal,
marlei.pozzebon@hec.ca

INGRID WINKLER, doutoranda em Administração pela
Universidade Federal da Bahia, iwinkler@ufba.br